

Pode a área de Estudos Organizacionais ser historiográfica?¹

Adele de Toledo Carneiro

Embora este texto tenha o propósito de ser um ensaio teórico, escolhi, ainda que por pretensão acadêmica, escrevê-lo em nível de reflexão, quase que como registro pessoal. Minha principal justificativa para esta escolha é o registro das impressões do ponto de vista de quem é estudante da área e está imerso no momento de grande veiculação da área de história em Estudos Organizacionais (EO), sendo redigido, portanto, em meio a um contexto específico de tempo e espaço.

O objetivo do presente texto é propor uma análise macroscópica sobre esta crescente tendência no campo de EO sobre a produção histórica e a identificar as principais dificuldades na literatura nacional para o avanço da área como campo teórico. A partir das reflexões da pesquisa, foram identificadas três grandes

¹ O título deste texto foi inspirado a partir da leitura do trabalho de Rosa e Alves (2011).

FAROL

REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 3 | N. 8 | DEZEMBRO | 2016 | ISSN: 2358-6311



dificuldades, a partir do agrupamento de pressupostos considerados ao longo do texto: A dificuldade de uma desvinculação das discussões emanadas no exterior para o desenvolvimento de perspectivas coerentes com a pesquisa realizada no país; dificuldades de identificação e de adaptação de pesquisas em organizações para as particularidades correspondentes à pesquisa histórica; e, por desencadeamento da segunda dificuldade, a falta de embasamento teórico no campo ao desenvolver pesquisas com embasamento ontológico, epistemológico e metodológico para pesquisas envolvendo análise histórica.

Como principais considerações, infere-se no artigo que a percepção de um avanço da área de história em Estudos Organizacionais não pode se justificar apenas pela maior quantidade de produções sobre o tema ou por um aumento dos pontos de visualização ou de divulgação destes tipos de análises organizacionais, mas principalmente por um fortalecimento do campo teórico para entender de fato qual a contribuição da análise historiográfica² para o estudo de organizações (CORAIOLA; FOSTER; SUDDABY, 2015; DECKER, 2016). Embora se valha de certos pontos de análise sobre as produções mais recentes, este texto não se limita a uma análise bibliográfica do campo, mas, sobretudo, incita a proposição ensaística

² Para esclarecimento, será mencionado neste texto (como o próprio título) o termo “historiográfico” a partir da concepção de Le Goff (2003), ao considerar a historiografia não somente a própria escrita da História, mas também o estudo do seu próprio movimento histórico ao longo do tempo.

sobre o que foi apresentado na literatura nacional, utilizando referências bibliográficas apenas em dados mais específicos ou em menção às pesquisas.

Para organização dos argumentos colocados neste texto, primeiramente foi colocado algumas considerações iniciais sobre o posicionamento teórico usual na área de Estudos Organizacionais, bem como a situação complexa encontrada pelos pesquisadores brasileiros em desenvolvê-lo sem um predomínio geográfico imposto pelo *mainstream* anglo-americano da área. Posteriormente, são colocados algumas características particulares da pesquisa histórica e o desafio dos pesquisadores em incluí-las para a análise de organizações, sobretudo pela predominância teórica no campo. Por fim, são apresentadas as três dificuldades encontradas a partir da análise prévia e da minha própria experiência como pesquisadora ingressante no tema, além de considerações finais como sugestão para o desenvolvimento cada vez mais perene de pesquisas com estas características.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A área de EO é conhecida pela sua abrangência e pela sua ampla viabilidade interdisciplinar, sempre vista de uma maneira otimista pelos pesquisadora pela possibilidade ampla de temas para pesquisa. O processo histórico está incluso na



área não somente como tema para pesquisas, mas obviamente em todo o processo que envolve a realidade organizacional, inclusive transformações ao longo do tempo que interferem nos fatores estruturais da constituição das organizações. O próprio conceito de mudança é associado ao processo organizacional, já que, conforme Morgan (1996) explicita, a realidade organizacional está embutida na própria lógica da mudança.

Percebe-se, pela quantidade de citações internacionais nas referências bibliográficas analisadas, que a grande maioria dos trabalhos na área da história no Brasil em EO é constantemente (re)produzida com referência ao que é produzido em nível teórico no exterior, vide as principais produções nacionais na área citadas neste texto. Aliás, esta é uma questão que envolve toda a produção científica no país, envolvendo temas mais complexos como o pós-colonialismo acadêmico (ALATAS, 2003; FRENKEL; SHENHAV, 2006; ALCADIPANI; KHAN; GANTMAN; NKOMO, 2012). O fato da área de história em EO ter crescido no ambiente *mainstream* de produção acadêmica (principalmente pela própria natureza das ciências administrativas) (VIZEU, 2010; CORAIOLA, 2013), como a criação de áreas de discussão específicas em eventos ou mesmo a publicação em periódicos reconhecidos internacionalmente na área nos últimos três anos, revela o crescimento das produções sobre o tema (DECKER, 2016), mas ao mesmo

tempo a disparidade entre países pela concentração de citações e publicações em periódicos conceituados nos países ocidentais.

Segundo Murphy e Zhu (2012), a exclusão sistemática de referências não ocidentais no mundo acadêmico é resultado de uma variedade de fatores interconectados, e está ligado a padrões gerais de dominação na Economia mundial e sociedade. Em outras palavras, é preciso entender o fato como um fenômeno social, associado à globalização dos tempos, e, portanto, do próprio processo histórico civilizatório, já que a 'elite mundial' dos estudos de gestão é situada nos mesmos países de "elite" no mundo.

Para os autores (MURPHY; ZHU, 2012), para contornar o viés ocidental da produção intelectual em gestão seria condizente um reequilíbrio dos conselhos editoriais para proporcionar uma representação substancialmente maior de não ocidentais. Este argumento é pertinente, principalmente porque as decisões sobre as publicações nos periódicos mais qualificados estão no centro estratégico da comunidade de revistas, localizados, portanto, nos mesmos centros ocidentais. Desta forma, pode-se inferir que a pesquisa histórica científica no campo de EO no Brasil possui uma dificuldade ainda maior no campo, pois se infiltra dentro da lógica pós-colonialista do mundo acadêmico em administração, já que a

concentração da narrativa *mainstream* ainda se desloca dos países periféricos (FRENKEL; SHENHAV, 2006; GREY, 2010).

Isto é, em Estudos Organizacionais (ou na concentração dedicada a trabalhos críticos na área, denominada *Critical Management Studies*, por exemplo), temas envolvendo os processos históricos de organizações de países latino-americanos possuem maior dificuldade de publicação em periódicos reconhecidos internacionalmente do que aqueles que remetem à assuntos envolvendo temas sobre países centrais no mundo (GREY, 2010; MURPHY; ZHU, 2012). É inevitável não pensar que neste processo, os temas “relevantes” para a área são somente aqueles que envolvem processos no mundo ocidental, seja como tema seja como autoria.

Apesar de parecer paradoxal, mesmo com as dificuldades a área de história em EO foi crescente no Brasil a partir de 2008. A própria designação de áreas em congressos ou dossiês temáticos exclusivos para área de história é um reflexo deste movimento. Mesmo após os marcos dos artigos seminais sobre história em EO (CLARK; ROWLINSON, 2004; JACQUES 2006; BOTH; ROWLINSON, 2006), as publicações e os espaços acadêmicos para divulgação de trabalhos permanecem em ascensão. Este interesse, arrisco dizer, pode ter como origem a oportunidade para abordar algo que sempre esteve presente nas análises organizacionais,

mas que até então era escasso no campo. As histórias (e até mesmo “estórias”) sobre organizações foram caracterizadas pelo ponto de vista dos “grandes sujeitos” como os “heróis” administrativos, a cultura organizacional ou mesmo os relatos de sucesso e de tradição (ROWLINSON; PROCTER, 1999; JACQUES, 2006).

ESPECIFICIDADES DA PESQUISA HISTÓRICA E O PONTO DE VISTA PROCESSUAL

A pesquisa histórica possui algumas particularidades que precisam ser ponderadas ao utilizá-la em termos organizacionais. Uma delas, por exemplo, o uso de documentos para a análise, já que as informações contidas neles podem não necessariamente serem consideradas de maneira literal, já que documento histórico é elaborado a partir de um contexto específico, sobretudo social, e o mesmo deve ser ponderado a partir disto. O uso da memória, outro recurso característico da pesquisa histórica, também requer uma especificidade, já que a memória histórica é seletiva e sofre interferências pessoais a todo tempo (LE GOFF, 2003; GUARINELLO, 2004). Na História Empresarial este recurso pode ser ainda mais ousado, já que o interesse em retratar somente as experiências bem-sucedidas pode mascarar posicionamentos mais factuais. Em recentes trabalhos (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010; COSTA; SILVA, 2015) aborda-se a importância do uso da memória para análise de empresas e questiona se a comunicação

organizacional por meio do resgate histórico é uma necessidade ou uma estratégia no meio corporativo (COSTA; MANCEBO; PESSOA, 2016).

Ainda que não declarado de maneira literal, a maioria dos estudos voltados à perspectiva histórica em nível teórico no país aproxima-se da abordagem construtivista (BERGER; LUCKMANN, 1978), isto é, trabalham com a prerrogativa de que a análise histórica é composta a partir do contexto social em que é produzida (ASTLEY, 1985). O aspecto “inconsciente”, conforme a perspectiva de Berger e Luckmann sobre o construtivismo social (1978) deste processo pode ser detectado em trabalhos sobre pesquisa histórica em Estudos Organizacionais, principalmente pela ausência de justificativa sobre o critério para a escolha pela historiografia no trabalho realizado (CORAIOLA; FOSTER; SUDDABY, 2015).

Esta interpretação sobre a natureza processual pode ser atribuída também pela abordagem em outras áreas, como a Sociologia ou dentro da própria Administração. A abordagem sociológica desta análise processual pode ser encontrada a partir da noção de *habitus* de Pierre Bourdieu (1996), ao romper com a tradição estruturalista e compreender as construções sociais como constituidoras do conjunto de práticas de um grupo. Ao compor este grupo, o indivíduo participa da configuração e da reconfiguração destas práticas. Já na área de Administração, pode-se referenciar o conhecimento da administração

utilizado tanto como saber teórico como prático, reconhecido na obra de Astley (1985). Para a autora, a administração é um conjunto de conhecimentos e um produto socialmente construído, isto é, um reflexo do contexto social no qual está inserido e, conseqüentemente, o desenvolvimento administrativo como ciência acontece a partir de processos subjetivos.

Fica evidente, desta forma, que a natureza processual é coerente com a análise das organizações, sobretudo pela sua interdisciplinariedade. Dessa forma, ausência de menção sobre o processo de escolha até o resultado atingido na pesquisa é uma das desarmonias entre a natureza da pesquisa histórica e sua aplicação para a área de Estudos Organizacionais. Isto porque, partindo das influências da escrita histórica a partir da Nova História³, aquele que escreve sobre o processo histórico (e se tratando de Estudos Organizacionais, não necessariamente é um historiador) não está só ciente do seu trabalho realizado no presente e no seu singular contexto de tempo e espaço, mas o considera como fator intrínseco em sua análise.

Arrisca-se dizer, portanto, que a análise histórica em Estudos Organizacionais precisa incluir este aspecto processual para se estabelecer, e se já for existente,

³ Acontecimentos no movimento historiográfico a partir do século XX, após o movimento da chamada Escola *dos Annales*, conforme aponta Burke (1992).

que seja necessário a menção direta deste critério nas pesquisas realizadas. Caso contrário, a pesquisa histórica em Estudos Organizacionais pode cair na trivialidade de uma análise unicamente descritiva das fontes abordadas, ou mesmo a classificação de abordagem como um aspecto unicamente metodológico, conforme já indicaram (DECKER, 2016).

Ainda que seja um movimento com maior atividade no ambiente internacional, cronologicamente o número de pesquisas sobre história em Estudos Organizacionais aumentou após a publicação de Clark e Rowlinson (2004) e sua clássica chamada para a *historical turn* (virada histórica), e indiretamente o convite à elaboração de trabalhos para a maior contribuição da pesquisa histórica em administração. De fato, o texto dos autores é a maior referência, principalmente em trabalhos nacionais, para a construção dos argumentos em cada uma das abordagens em cada um dos artigos.

Assim como qualquer movimento histórico, a referência por marcos históricos é importante para demarcar uma época ou a mudança de comportamentos por parte de um grupo ou de uma nação. Entretanto, é preciso salientar que o marco não é determinante para a ocorrência imediata dos fatos. Como exemplo, para melhor esclarecimento, não se pode dizer com o máximo de precisão histórica, o período exato de término da Idade Média e início da Idade Moderna (GUARINELLO,



2004). Estas classificações, inclusive, são mais ações didáticas do que históricas, para melhor compreensão dos acontecimentos e dos processos que os desencadearam.

Ou seja, o fato da maioria dos trabalhos sobre história em Estudos Organizacionais remeter-se ao marco de 2004 como o grande marco para concretizar a importância da análise histórica para o estudo de organizações não é indicativo de que este movimento iniciou-se somente a partir deste ano ou somente a partir do trabalho seminal de Clark e Rowlinson (2004). A área de administração pode utilizar desde sempre o recurso analítico histórico para entender os processos de transformações de técnicas gerenciais, como a própria demarcação sobre as Teorias de Administração e suas diferentes ênfases ao longo do tempo (“clássica”, “burocrática”, “recursos humanos”, “sistemas” etc.).

A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL E AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA A PRODUÇÃO NO CAMPO

Especificamente nos últimos quatro anos, a literatura nacional dedicou-se a temas importantes para a investigação do desenvolvimento da administração no Brasil, como a constituição das instituições de ensino e a importância da abordagem histórica para a ampliação do tema (CURADO, 2001; VIZEU, 2010; ALCADIPANI;



BERTERO, 2012; BARROS, 2014; VALE; BERTERO; SILVEIRA, 2013; WANDERLEY, 2015; CARNEIRO, 2015). Outros trabalhos significativos para área (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010; FONTOURA; ALFAIA; FERNANDES, 2013; COSTA; SARAIVA, 2011; GURGEL; JUSTEN, 2015) abordam outros pontos para relacionar tópicos importantes de relação com o estudo histórico com a área de organizações, ou mesmo dedicam-se, de maneira genérica, à chamada por mais trabalhos para a área, a fim de aprofundamento teórico e detalhamento de temas capazes de compreender o desenvolvimento histórico da administração e das diferentes organizações nas suas manifestações administrativas. Entretanto, mesmo com os progressos de pesquisa na área, destacando-se principalmente pela diversidade de temas e amplitude de objetos estudados, algumas dificuldades são encontradas pelos pesquisadores brasileiros para o progresso na área.

Percebe-se que os estudiosos no campo sentem a necessidade de maior embasamento teórico no sentido ontológico, epistemológico e propriamente metodológico para a realização de pesquisas históricas em Estudos Organizacionais, e isto se deve, principalmente, pelo fato da maioria das discussões serem quase que unicamente influenciadas pelos questionamentos que até então eram exclusivos do campo da História, como as discussões sobre o uso de documentos (CARNEIRO, 2015; PIERANTI, 2008), as particularidades da narrativa histórica (KEULEN; KROEZE, 2012; CARNEIRO, 2015) ou o uso de

documentos e exploração de arquivos históricos (CORAIOLA, 2012; BARROS, 2016). Este ponto não é uma crítica, visto que estes importantes questionamentos trouxeram expressivos avanços para a discussão sobre o uso de ferramentas de análise histórica para o campo de organizações. Estes esclarecimentos refletem um posicionamento teórico de fundamental importância para a elaboração de perspectivas epistemológicas e metodológicas para uma pesquisa científica (CRESWELL, 2013), ou mesmo consciente das elucidações do campo histórico.

Outro fator, que beira o ceticismo na área, é a possibilidade da produção nacional sobre análise histórica em EO ser considerada uma tendência quase que exclusiva de “dados” para a exploração, mas de pouca reflexão teórica. Em outras palavras, as diferentes organizações no Brasil, em diferentes períodos históricos e em diferentes possibilidades de análise, são proveitosos e promissores campos de análise, mas não podem ser estudados apenas do ponto de vista descritivo de análise dos fatos. Muito da história empresarial produzida no país (FREITAS, 1989; CORAIOLA, 2012; PERDIGÃO; BARROS; CARRIERI; MIRANDA, 2015) estão mais voltadas ao registro de memórias e de biografias do que de fato uma análise histórica no campo de Estudos Organizacionais. É muito possível que o primeiro ponto de ausência de questionamento teórico no campo tenha tido como reflexo a produção massiva de dados relevantes, mas num nível raso de profundidade analítica.

Percebe-se, ainda, uma propensão nos textos teóricos sobre o desenvolvimento histórico em administração para uma categorização funcional, classificando os diferentes tipos de análise em quadros pré-estabelecidos (ÜSDIKEN; KIESER, 2004; ROWLINSON; HASSARD; DECKER, 2014). Não somente a própria historiografia, mas a área de estudos sociais como um todo foi influenciada diretamente por uma perspectiva funcionalista por boa parte do Século XX, esta última considerada por muitos estudiosos como uma vertente a-histórica de pesquisa organizacional (BOOTH; ROWLINSON 2006; ÜSDIKEN; KIESER, 2004; VIZEU, 2010). É importante mencionar que, sem qualquer discriminação de uso teórico para as pesquisas científicas, as particularidades da pesquisa histórica interferem novamente na perspectiva inserida em Estudos Organizacionais no sentido de ser muito difícil para este aspecto a elaboração de modelos “prontos”, ou mesmo “universais” para a classificação destas pesquisas.

Ao considerar a perspectiva da Nova História, a produção destas pesquisas aproxima-se de uma abordagem foucaultiana⁴ (FOUCAULT, 1985) em considerar descontínuo o tratamento da pesquisa histórica como acesso ao passado em busca de uma verdade única e inquestionável (WEATHERBEE, 2012). Para o filósofo, “a história não tem sentido” (FOUCAULT, 2009, p. 8) porque não há um fim proposto

⁴ Ciente da complexidade da obra do autor Michel Foucault para referenciar-se de maneira elementar como *foucaultiano*, se for possível classificar a obra do filósofo francês em fases (FERREIRINHA; RAITZ, 2010), menciona-se aqui a referência às primeiras obras na fase arqueológica.

nem pelos documentos, nem pelo pesquisador. A percepção de tempo presente passa inevitavelmente pelos questionamentos acerca das inúmeras possibilidades que existam desse tempo ser diferente e, dessa forma, há a possibilidade de diversas “verdades” a serem produzidas pela análise histórica. O argumento de Durepos (2014) também é condizente com este arbítrio ao considerar o conceito de multiplicidade (*multiplicity*), isto é, na concordância de múltiplas versões para a recontagem da história, mas todas inter-relacionadas (e condizentes, portanto) com o passado estudado.

Desta forma, as problemáticas apresentadas enfrentadas pelos pesquisadores nacionais no campo podem ser organizadas em três pontos, sendo o terceiro derivado do segundo. Primeiro, a dificuldade de desvincular a produção de novas pesquisas históricas no campo com discussões emanadas no exterior para o desenvolvimento de perspectivas coerentes com a pesquisa realizada no país; Em segundo lugar, dificuldades de identificação e de adaptação de pesquisas para a análise de organizações coerentes com as particularidades correspondentes à pesquisa histórica; E por último, a dificuldade de concisão teórica ao desenvolver pesquisas com embasamento ontológico, epistemológico e metodológico em pesquisas envolvendo análise histórica.

Portanto, no estudo histórico é necessário questionar-se sobre a proveniência e a emergência dos acontecimentos, independentemente da ferramenta ou fonte a ser utilizada. Por este motivo, na pesquisa histórica aplicada às organizações é fundamental o posicionamento teórico, independentemente da natureza, mas que seja compreensível para a elaboração da pesquisa. Não se defende neste argumento um determinismo rígido entre epistemologia e nível de análise, mas sim o discernimento do impacto da epistemologia ponderada na escolha e no desenvolvimento do método e do nível de análise de um trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reitera-se, a partir destas reflexões, o questionamento iniciado com o título deste texto. A área de EO pode ser historiográfica desde que exista um posicionamento consciente por parte dos pesquisadores sobre o rigor teórico que embasa os trabalhos. Com esta consciência, não se pretende classificar qual abordagem ou qual escolha metodológica é mais relevante para a área, mas sim ressaltar o questionamento para este ato de posicionar-se teoricamente. Seja para a pesquisa histórica em EO, seja para a pesquisa histórica, seja para a pesquisa acadêmica. Pode-se incluir neste argumento a importância da investigação metodológica no campo de história em organizações, tendo em vista a amplitude

de ferramentas e a possibilidade de triangulação de fontes históricas para acesso ao passado.

Este artigo teve como principal objetivo introduzir reflexões sobre a produção brasileira em EO dedicada à análise histórica e inferir, a partir deste movimento, quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores para obter coerência teórica sem necessariamente recorrer às referências unicamente elaboradas no exterior. Este exercício introdutório, que obteve como resultado a inferência de três “categorias” de dificuldades mais evidentes, não teve como pretensão analisar o campo de pesquisas históricas em EO como um grupo uniforme e com os mesmos propósitos, mas sim permitir a visualização de uma perspectiva geradora, isto é, a de embasamento teórico condizente com a historiografia, para que pesquisas de diferentes naturezas metodológicas possam construir seus próprios fundamentos dentro do campo específico em EO.

Por fim, argumento que a amplitude da área de EO como condição a favor para a produção de trabalhos acadêmicos, mas que também corre o risco de seguir um possível caminho de trivialidade em pesquisa histórica no campo. Isto é, ao pensar que “tudo é história”, ou que “tudo pode ser história”, principal argumento utilizado no início deste artigo, é preciso também pensar que nem tudo é primordial para o avanço teórico na área. O movimento crescente de produções

sobre o tema é um fato natural frente à expansão e divulgação promovida pelos pesquisadores internacionais renomados, e a proposta aqui apresentada para aperfeiçoamento teórico e superação das dificuldades encontradas visam o fomento por mais pesquisas nacionais com esta temática.

Sem a pretensão de julgamento do que são temas interessantes ou não para a área, o que é considerado “relevante” neste aspecto são trabalhos que contribuam para o progresso da ciência histórica nacional em Estudos Organizacionais, outro aspecto que propicie uma análise histórica na área de EO é que a mesma permita uma adoção epistemológica a partir do critério que se deseja adotar. O desenvolvimento de pesquisas históricas em administração no Brasil até aqui revelou o potencial dos pesquisadores e a pertinência das referências organizacionais no país para este caminho.

REFERÊNCIAS

ALATAS, S. F. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, Thousand Oaks, v. 51, n. 6, p. 99-613, Nov. 2003.

ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 52, n. 3, p. 284-299, maio/jun. 2012.

ALCADIPANI, R.; KHAN, F. R.; GANTMAN, E. R.; NKOMO, S. M. Southern voices in management and organization knowledge. *Organization*, London, v. 19, n. 2, p. 131-143, Mar. 2012.

ASTLEY, W. G. Administrative science as socially constructed truth. *Administrative Science Quarterly*, Ithaca, v. 30, n. 4, p. 497-513, Dec. 1985.

BARROS, A. Archives and the "archive": dialogue and an agenda of research in organization studies. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 23, n. 79, p. 609-623, out./dez. 2016.

BARROS, A. N. Uma narrativa sobre os cursos Superiores em Administração da FACE/UFMG: dos primeiros anos à sua unificação em 1968. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 7-25, jan./mar. 2014.

BARROS, A.; CARRIERI, A. P. Cotidiano e história como fundamentos da construção de outros olhares sobre a Administração. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 151-161, mar./abr. 2015.

BARROS, A. N.; CARRIERI, A. P. Ensino superior em Administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. XI, n. 2, p. 256-273, Jun. 2013

BERGER, P.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1978. 247 p.

BOOTH, C.; ROWLINSON, M. Management and organizational history: prospects. Management and Organizational History, New York, v. 1, n. 1, p. 5-30, Feb. 2006.

CARNEIRO, A. T. A Escola Superior de Administração e Negócios nos primeiros vinte anos (1941- 1961): uma análise sobre o currículo em administração. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2015.

CORAIOLA, D. M. Importância dos arquivos empresariais para a pesquisa histórica em administração no Brasil. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 254-269, jun. 2012.

CORAIOLA, D.; FOSTER, W.; SUDABBY, R. Varieties of history in organization studies. In: MCLAREN, G.; MILLS, A.; WEARHERBEE, T. (Ed.). The Routledge Companion to Management & Organizational History. London: Routledge, 2015. p. 206-221.

CRESWELL, J. W. Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches. London: Sage, 2013. 472 p.

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996. 232 p.

BURKE, P. A escola dos annales 1929-1989. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2010. 156 p.

BURKE, P. A escrita da história. São Paulo: Unesp, 1992. 360 p.

COSTA, A.; BARROS, D.; MARTINS, P. E. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 50, n. 3, p. 288-299, jul./set. 2010.



COSTA, A. M.; MANCEBO, R. C.; PESSOA, L. A. G. P. Museus corporativos estratégicos: uma análise do espaço de memória da Cervejaria Bohemia. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, IX, 2016, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ANPAD, 2016.

COSTA, A. M.; SARAIVA, L. A. S. Memória e formalização do passado nas organizações. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1761-1780, nov./dez. 2011.

COSTA, A. M.; SILVA, M. A. C. Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXIX, 2015, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ANPAD, 2015.

CLARK, P.; ROWLINSON, M. The treatment of History in Organization Studies: towards an 'historic turn'? Business History, London, v. 46, n. 3, p. 331-352, July 2004.

CURADO, I. B. O desenvolvimento dos saberes administrativos em São Paulo. 2001. 191 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de



Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2001.

DECKER, S. Paradigms lost: integrating history and organization studies, *Management & Organizational History*, London, p. 1-16, 2016.

DUREPOS, G. ANTI-History: toward amodern histories. In: MCLAREN, P. J.; MILLS, A. J.; WEATHERBEE, T. (Ed.). *The Routledge Companion to Management and Organizational History*. New York: Routledge, 2014. p. 153-180.

FERREIRINHA, I.; RAITZ, T. R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-383, apr. 2010.

FONTOURA, Y.; ALFAIA, L.; FERNANDES, L. A pesquisa histórica em estudos organizacionais no Brasil: uma análise paradigmática e novas perspectivas. *Gestão.Org. Recife*, v. 11, n. 1, p. 83-103, jan./abr. 2013.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. 244 p.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2008. 80 p.



FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985. 512 p.

FREITAS, A. História econômica e história das empresas: algumas reflexões metodológicas. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 168-177, 1989.

FRENKEL, M.; SHENHAV, Y. From binarism back to hybridity: a postcolonial reading of management and organization studies. Organization Studies, London, v. 27, n. 6, p. 855-876, 2006.

GREY, C. Organization studies: publications, politics and economics. Organization Studies, London, v. 31, n. 6, p. 677-694, 2010.

GUARINELLO, N. História científica, história contemporânea e história cotidiana. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 13-38, 2004.

GURGEL, C.; JUSTEN, A. Teorias organizacionais e materialismo histórico. Organizações & Sociedade, Salvador, v. 22, n. 73, p. 199-222, abr./jun. 2015.

JACQUES R. S. History, historiography and organization studies: the challenge and the potential. *Management & Organizational History*, London, v. 1, n. 1, p. 31-49, Feb. 2006.

KEULEN, S.; KROEZE, R. Understanding management gurus and historical narratives: the benefits of a historic turn in management and organization studies, *Management & Organizational History*, London, v. 7, n. 2, p. 171-189, May 2012.

LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. 504 p.

MORGAN, G. *Imagens da organização*: São Paulo: Atlas, 1996. 421 p.

MURPHY, J.; ZHU, J. Neo-colonialism in the academy? Anglo-American domination in management journals. *Organization*, London, v. 19, n. 6, p. 915–927, Nov. 2012.

PERDIGAO, D.; BARROS, A.; CARRIERI, A. P.; MIRANDA, S. R. Lembranças depositadas: a construção de uma memória organizacional no extinto Banco da Lavoura de Minas Gerais. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 92-126, mar./abr. 2015.

PIERANTI, O. A metodologia historiográfica na pesquisa em Administração: uma discussão acerca dos princípios e de sua aplicabilidade no Brasil contemporâneo. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. VI, n. 1, p. 1-12, mar. 2008.

ROSA, A. R.; ALVES, M. A. Pode o conhecimento em gestão e organização falar português? Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 51, n. 3, p. 255-264, maio/jun. 2011.

ROWLINSON, M. Management & Organizational History: the continuing historic turn. Management & Organizational History, London, v. 8, n. 4, p. 327-328, Nov. 2013.

ROWLINSON, M.; HASSARD, J.; DECKER, S. Research strategies for organizational history: a dialogue between historical theory and organization theory. Academy of Management Review, Briarcliff Manor, v. 39, n. 3, p. 250-274, 2014.

ROWLINSON, M.; PROCTER, S. Organizational culture and business history. Organization Studies, London, v. 20, n. 3, p. 369-396, 1999.

ÛSDIKEM, B.; KIESER, A. Introduction: history in organisation studies. Business History, London, v. 46, n. 3, p. 321-330, Jan. 2004.



VALE, M. P.; BERTERO, C. O.; SILVEIRA, R. A. Caminhos diferentes da americanização na educação em administração no Brasil: A EAESP/FGV e a FEA/USP. *Administração: Ensino e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 837-872, out./dez. 2013.

VIZEU, F. Brasil em perspectiva histórica: o projeto do IDORT nas décadas de 1930 e 1940. 2008. 254 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, 2008.

WANDERLEY, S. Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. XIII, n. 2, p. 237-255, abr./jun. 2015.

WEATHERBEE, T. G. Caution! This historiography makes wide turns: historic turns and breaks in management and organization studies. *Management & Organizational History*, London, v. 7, n. 3, p.203-218, 2012.

Pode a área de Estudos Organizacionais ser historiográfica?

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as produções nacionais sobre história em Estudos Organizacionais e identificar as principais dificuldades encontradas pelos pesquisadores na área para o desenvolvimento desta temática como campo teórico no Brasil. Após analisar as especificidades da pesquisa histórica e explorar questões que foram construídas ao longo da historiografia sobre o olhar do passado no momento presente, propõe-se uma reflexão sobre como estas abordagens podem servir ao estudo de organizações para ampliar a investigação sobre objetos no ponto de vista espacial e temporal. Por fim, conclui-se como este desenvolvimento como campo científico pode fundamentar o fomento de novas pesquisas que utilizam a análise histórica em seu viés paradigmático e metodológico.

Palavras-chave

Pesquisa histórica; Historiografia; História das organizações; Epistemologia histórica; Virada Histórica.



Can the area of Organizational Studies be historiographical?

Abstract

The present paper aims to analyze the Brazilians productions on history in Organizational Studies and to identify the main difficulties encountered by researchers in the area for the development of this theme as a theoretical field in Brazil. After analyzing the specificities of historical research and exploring issues that were constructed throughout the historiography about the past look at the present moment, it is proposed a reflection on how these approaches can serve to the study of organizations to extend the investigation on objects in the point of view space and temporal view. Finally, it is concluded how this development as a scientific field can support the promotion of new researches that use the historical analysis in its paradigmatic and methodological bias.

Keywords

Historical research; Historiography; History of organizations; Historical epistemology; Historical Turn.

Puede el área de Estudios Organizacionales ser historiográfica?

Resumen

Este texto tiene como objetivo analizar la producción brasileña de la historia en los estudios organizacionales e identificar las principales dificultades encontradas por los investigadores en el campo para desarrollar este tema como un campo teórico en Brasil. Después de analizar los detalles de la investigación histórica y estudiar las cuestiones que se construyeron a lo largo de la historiografía sobre el aspecto del pasado en el presente, se propone una reflexión sobre cómo estos enfoques pueden servir al estudio de las organizaciones para ampliar la investigación sobre los objetos en el punto de vista espacial y temporal. Por último, completa como este desarrollo como un campo científico puede apoyar el desarrollo de nuevas investigaciones utilizando el análisis histórico en su sesgo paradigmático y metodológico.

Palabras clave

Investigación histórica; la historiografía; Historia de las organizaciones; epistemología histórica; Giro histórico.

Autoria

Adele de Toledo Carneiro

Doutoranda em Administração de Empresas na Fundação Getulio Vargas. E-mail: carneiro.at@gmail.com.

Endereço para correspondência

Adele de Toledo Carneiro. Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Av. Nove de Julho, 2029, Bela Vista, São Paulo, SP, Brasil. CEP: 01313-902. Telefone: (+55 11) 976920351.

Como citar esta contribuição

CARNEIRO, A. T. Pode a área de Estudos Organizacionais ser historiográfica? Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 3, n. 8, p. 1019-1049, dez. 2016.

Contribuição Submetida em 30 nov. 2016. Aprovada em 23 jan. 2017. Publicada online em 3 mar. 2017. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editores Especiais: Sérgio Wanderley, Amon Barros, Alessandra de Sá Mello da Costa e Alexandre de Pádua Carrieri.

